



BBC e isenção jornalística: por trás dos mitos da radiodifusora que traz “o mundo na sua língua”¹

José Cardoso Ferrão Neto²

Universidade Federal Fluminense

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Resumo: O artigo analisa a configuração da produção jornalística da maior empresa de radiodifusão do mundo que, há quase 70 anos, transmite programas noticiosos para o Brasil, na língua falada no país. Mostra como a BBC, na condição de emissora pública, construiu uma trajetória histórica calcada nos mitos da independência editorial, isenção e credibilidade, para se firmar como uma espécie de entidade transcendente no campo jornalístico. Tenta entender como, a partir de critérios questionáveis pertencentes a esse campo, é possível construir uma imagem em torno de uma corporação de mídia que oscila entre os constrangimentos do campo político e as pressões dos mitos que ela própria constrói.

Palavras-chave: radiodifusão; radiojornalismo; BBC

Considerações iniciais

Em 1968, o mundo resolveu dar uma de circo, tentar um salto mortal e cair de pé. Ficou parado no meio, de ponta-cabeça.

Quer dizer, ficou como eu vivi e vi as coisas, então. (...) Como

¹ Trabalho apresentado ao GT História da Mídia Sonora do V Congresso Nacional de História da Mídia.

² José Cardoso Ferrão Neto é jornalista e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. Trabalhou em rádio, jornal impresso e TV por assinatura. Foi Secretário de Educação do Município de Passa Quatro – MG. Atuou como professor substituto do Curso de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2006-7).
Endereço eletrônico: joseferrao@terra.com.br.

posto de observação, o Brasil definitivamente não dava mais. (...)

Em agosto, cheguei a Londres para colaborar com o Serviço

Brasileiro da BBC, na qualidade de assistente de produção.

Traduzir tudo aquilo que estava acontecendo para o Brasil, com

isenção, bom senso, na ordem direta e equilíbrio (...) Tínhamos,

nós, da Seção, que traduzir o mundo. Até que era fácil – ele sempre

nos chegava com sotaque estrangeiro. Por volta dos anos 70 e

terminados os anos 60, acabou o sonho, conforme se dizia então, e

o mundo entrou de novo nos eixos com suas catástrofes e

calamidades habituais. Sucessivas mudanças na guarda tiveram

lugar no mundo inteiro. Meio desajeitado, o mundo completou a

pirueta e, muito corretamente, ninguém bateu palmas (BRITISH

BROADCASTING CORPORATION, 1998).

Os trechos transcritos acima são de um depoimento em forma de crônica do escritor Ivan Lessa, gravado para uma série de programas sobre a história do rádio no Brasil, produzidos na década de 1990 pela BBC de Londres (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 1998). São vestígios de representações de um jornalista, que adotou a maior empresa de radiodifusão do mundo como local de trabalho e de irradiação de idéias e valores. Marcas de um lugar de fala que se orgulha de, repetidas vezes, mencionar um ato de dimensões heróicas, que perpassa a história da comunicação e do jornalismo em nosso país: quando o *Britishness* midiático driblou a censura do regime militar pós-64 e fez o Brasil saber de coisas que aconteciam no planeta coberto pelas ondas eletromagnéticas e, o que é mais importante, em seu próprio território. Na sua língua.

A BBC não foi a única emissora transnacional, no contexto da Guerra Fria, a veicular informações em ondas curtas para um país onde a imprensa estava policiada pela censura e auto-censura, cerceada a todo tempo por ameaças, prisões e execuções. A empresa se coloca, entretanto, numa posição de destaque diante de outras emissoras na tarefa de informar o Brasil, que desempenhou durante os anos mais difíceis vividos sob



o regime, após o AI-5 e durante a década de 1970. O chefe da Seção Brasileira de 1970 a 1981, Vamberto Morais, afirma que nem mesmo a emissora, em Londres, ficou alheia às pressões e reclamações do governo militar:

A principal queixa se referiu às notícias e à cobertura sobre os abusos de direitos humanos no Brasil, principalmente o uso de tortura. Nós noticiamos isso, principalmente em relatórios da Anistia Internacional que, na época, era acusada de ser uma organização comunista. Repetidamente tivemos queixa do regime brasileiro quanto ao nosso noticiamento de torturas que eram amplamente veiculadas aqui na imprensa [britânica e internacional] (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 1998).

Apesar das queixas e pressões da ditadura militar sobre a corporação, Morais afirma ainda que “a independência foi sempre mantida” e que “a direção da BBC esteve sempre do nosso lado [do Serviço Brasileiro]”.

E, dessa maneira, muitas vezes se dá por encerrado o entendimento da participação da BBC no Brasil, não apenas durante o regime militar, mas também ao longo da história das transmissões para nosso país, que se iniciaram em março de 1938 e seguem até hoje, primeiramente com o rádio em ondas curtas e, depois, através de outras plataformas como televisão e internet. Editoriais na mídia impressa, debates televisivos e até artigos acadêmicos costumam reverenciar a BBC como modelo de radiodifusão pública, tanto na gestão e no financiamento quanto na produção e veiculação de informações. Um mito calcado nas noções de isenção, imparcialidade e independência, de longa data na história da emissora e de todo um imaginário criado em torno dela e que, no Brasil, parece ter se sedimentado com o papel a que se propôs a BBC durante nossos anos “de circo”, parafraseando Ivan Lessa.

Em vez de nos debruçarmos sobre a natureza do noticiário produzido para o Brasil e sua importância na resistência ao regime ditatorial militar, até pela dificuldade em recuperar o material gravado das transmissões durante esse período, optamos por fazer um caminho inverso. A partir do status que a BBC adquiriu no mundo e do posicionamento de uma marca associada a critérios amplamente discutíveis quando se trata de qualquer produto noticioso de qualquer veículo de comunicação, o que se pretende, a seguir, é desvendar esses pilares da corporação através da análise de episódios de sua história, quando justamente se colocaram em xeque alguns desses mitos. Acreditamos poder, com isso, entender um pouco melhor certos mecanismos que permeiam o trabalho jornalístico e radiofônico que, apesar de alicerçados nas condições sociais, políticas e econômicas, ultrapassam contextos historicamente datados e, mais particularmente, regimes de governo. A tentativa é de abandonar, por um momento, o *destino* da informação e transferir a reflexão para a *fonte produtora*, entender sua estrutura como empresa e, mais ainda, como campo de luta de sujeitos históricos para fazer valer suas representações de mundo.

Radiodifusão pública e mundialização da cultura

Criada em 1922 pela British Marconi como empresa privada, a BBC adquire, cinco anos depois e por decreto real, o status de empresa pública de radiodifusão, diferente do modelo de rádio estatal rigidamente controlado pelo Estado e também diverso do sistema empresarial baseado na livre iniciativa. A nova British Broadcasting Corporation surge como uma empresa pública sob um estatuto especial de concessão que lhe garante o monopólio da radiodifusão, que mantém até 1972, além de liberdade editorial que a torna independente da interferência do Estado e da pressão comercial, financiada pela assinatura dos usuários do serviço.

A definição do que é ou deve ser o serviço público de radiodifusão está diretamente ligada às atividades e às metas que justificam e caracterizam suas operações. Philip Schlesinger, sociólogo que se propôs a analisar o que chamou de “mediaticidade” da produção de notícias da BBC, explica que os critérios de “independência e imparcialidade”, reivindicados pela corporação, implicam em: (1) “o direito do radiodifusor de produzir programas com relativa liberdade da interferência do Estado e de outros centros de poder”; (2) o fornecimento ao público de “informação e análise suficientes para permitir o exercício crítico do julgamento político”; (3) “um cronograma equilibrado que assegure a presença de uma programação que não está totalmente sujeita à lógica do mercado e, assim, aumentando a diversidade do que se tem a oferecer”; (4) a disponibilidade do serviço a todos que pagarem a taxa de licença (SCHLESINGER, 1978, p. XII-XIII).

O modelo de radiodifusão que surge a partir da estruturação da empresa pública passa a refletir, na programação, uma rigidez cultural típica das Ilhas Britânicas, o que nos remete ao improvisado idealista dos primórdios do rádio brasileiro, representados pelas figuras de Edgar Roquette Pinto e Henrique Morize, que fundaram, em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. As transmissões da BBC eram marcadas por um caráter mais sério do que os produtos veiculados em uma rádio comercial de um outro país, por exemplo. O padrão de programação não era fixo e incluía música, dramaturgia, conferências e aulas, que ocupavam as ondas de uma Grã-Bretanha ainda conservadora, de moral vitoriana e burguesa. Segundo Briggs & Burke, a radiodifusão representava para o então diretor da BBC – e, aqui, observamos uma sintonia com o que também pensava Roquette Pinto, no Brasil – uma oportunidade de educar os excluídos do lazer, do dinheiro e do conhecimento:

Reith sentia que cumpria uma missão. Usar o rádio simplesmente como meio de entretenimento, acreditava, seria “prostituí-lo”. Ele não desejava oferecer às pessoas meramente o “que elas queriam”. Cumpria à BBC estabelecer padrões. “Ela deve levar para o maior número possível de lares [...] o que de melhor houver em cada setor de conhecimento, esforço e realização humanos” (BRIGGS & BURKE, 2002, p.225).

Os trabalhos em português foram inaugurados no ano que antecedeu o início da Segunda Grande Guerra, portanto, numa época em que o rádio era utilizado pela propaganda

político-ideológica, na tentativa de mobilizar a opinião pública em sintonia com os esforços e pontos de vista das nações beligerantes. A BBC se sobressaía como a mais ouvida (GIOVANNINI, 1987), e tornou-se fonte de informação, sobretudo de uma escuta clandestina, para os povos dominados pelo nazismo.

A importância do conflito que atingira proporções globais fez com que a BBC, conhecida como a “Voz da Liberdade” e motivada por interesses político-estratégicos do bloco aliado, ampliasse suas transmissões para o Brasil, atingindo um total de 3 horas e 45 minutos diários de programação, estendidos mesmo depois do fim da Guerra. A emissora havia reunido profissionais daqui para atuar no Serviço Brasileiro e formar equipe no rádio transnacional, política comum às seções em língua estrangeira. Dentre os que migraram para Londres, estava o jornalista e escritor, Antonio Callado:

[...] Pouco me importa, hoje, saber se a Inglaterra, além da liberdade, defendia seus interesses comerciais também, e se eu, além do desejo de ajudar a causa da liberdade na BBC, procurava minha aventura particular no mundo em guerra [...] E, por nenhuma coisa deste mundo, eu teria deixado de dar uma mãozinha ao esforço de guerra da estação de Londres da BBC (BRITISH BROADCASTING CORPORATION, 1998).

Terminada a Guerra, a BBC já dava sinais de possuir uma estrutura de trabalho privilegiada que visava à diversidade na programação, até mesmo nas seções multilíngües. Nos anos que se seguiram ao conflito, os brasileiros continuavam a ouvir, em português, boletins noticiosos e comentários semanais sobre a vida londrina na época, música, programas sobre ciência, medicina, artes, tecnologia e esportes, além de radioteatro. A BBC chegou a formar um grupo de radiodramaturgia, que adaptava peças de autores consagrados, para a veiculação sonora. Já na década de 1960, o jornalista Vladimir Herzog, contratado pelo Serviço Brasileiro, fez o papel principal em *Verdadeiro Demais Para Ser Bom*, do escritor irlandês George Bernard Shaw, cujas peças eram marcadas por forte crítica social.

Com o fim da ditadura militar, a emissora continuou com uma política de contratação de pessoal brasileiro calcada na renovação constante de profissionais. São jornalistas, radialistas e tradutores, oriundos muitas vezes de diferentes mídias, comissionados a “traduzir o mundo” em português para o Brasil e orientados a não perder de vista o que a empresa insiste em definir como “independência editorial”, “imparcialidade” e “objetividade”.

Por trás do mito

A BBC Brasil faz parte do Serviço Mundial – World Service – da BBC, cujos conteúdos produzidos, além da estrutura técnica e de pessoal, também estão disponíveis ao trabalho dos brasileiros. A corporação britânica orgulha-se de contar com cerca de

250 correspondentes espalhados pelo mundo e mais de 20 mil funcionários. Além dos correspondentes, a empresa dispõe de uma rede de *stringers*, repórteres freelances em permanente contato com a emissora. Hoje, o Serviço Mundial transmite programas de rádio e televisão em 43 línguas e mantém páginas na internet para alguns países que recebem as transmissões em ondas curtas.

A BBC tem um orçamento de três milhões de libras por ano, provenientes da assinatura pública – e não de impostos gerais - paga pelos donos de aparelhos de televisão. A licença, em torno de 135 libras anuais para cada consumidor, cobre os gastos totais de cinco emissoras de TV aberta, o mesmo número de emissoras de rádio digital, uma televisão para público especializado, o asiático, além de 36 rádios locais. O Serviço Mundial é mantido através de verba do governo britânico, porém totalmente controlado editorialmente pela BBC, que é pública e não estatal.

A empresa é gerida por um conselho administrativo ou junta de governadores (*Board of Governors*), composta por 12 membros, cuja função, segundo o diretor executivo para as Américas e Europa do Serviço Mundial, James Painter (informação verbal)³, é defender os interesses dos consumidores da informação – telespectadores, que por ela pagam em forma de assinatura, ouvintes e internautas. Diferentemente de uma empresa comercial, onde a direção responde aos interesses dos acionistas, os membros da *Board of Governors* vêm de diferentes áreas da vida pública inglesa e todo ano têm que fornecer um relatório ao Parlamento sobre as atividades da BBC. Há também um Comitê Executivo, com 15 membros, que administra a empresa no seu dia-a-dia e que presta contas à Junta de Governadores. Dentre as tarefas desta Junta estão monitorar e regular o desempenho do conglomerado de mídia e também proteger sua independência do governo. Entretanto, de acordo com Painter, há um debate na Grã-Bretanha que visa estabelecer se a Junta de Governadores pode acumular esses dois papéis.

Além da *Board of Governors*, que supervisiona as atividades da BBC, uma nova entidade foi criada em dezembro de 2003 para regular todos os meios, com exceção da Internet. Esta nova instituição tem uma espécie de função de auditoria dentro do quadro da empresa e a última palavra sobre a administração financeira e os muitos elementos nos programas, como, por exemplo, se são ofensivos, se usam de linguagem inapropriada, ou até mesmo se há um tratamento justo dos participantes nos programas. Entretanto, continua atributo da Junta de Governadores o monitoramento da autonomia

³ Palestra proferida no Workshop de Radiojornalismo CBN / BBC Brasil, realizado nos dias 15 e 16 de março de 2003, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Os dados sobre a estrutura do Serviço Mundial, aqui apresentados, foram obtidos desse evento e atualizados, quando possível, através do site da corporação: www.bbc.co.uk. Acesso em 10.04.07.



da corporação. “Se a nova entidade decidir que a BBC tenha cometido um delito, a multa pode chegar até 300 mil dólares”, informa o diretor James Painter.

As considerações de Philip Schlesinger (SCHLESINGER, 1978) acerca de tal “independência” da empresa pública radiodifusora nos permitem inferir que a BBC, ao longo de sua história, tem sempre oscilado entre a interferência governamental – apesar do status autônomo que lhe foi conferido – e a tentativa de manter esse distanciamento do Estado e das pressões comerciais. O autor analisou coberturas jornalísticas da BBC, desde sua fase inicial até a década de 1980, a fim de apontar as relações entre as práticas de produção e as estratégias de comunicação dos que estão no poder: a Greve Geral de 1926, na Grã-Bretanha, os eventos que marcaram a Segunda Grande Guerra, a invasão do istmo de Suez, em 1956, e os conflitos na Irlanda do Norte. O sociólogo distingue dois momentos de crise que marcam essa relação e estabelecem uma variação na margem de manobra da corporação: O primeiro, quando o país se vê face a um inimigo externo que põe em risco a segurança do Estado. Em tempos como esse, a “independência” do governo torna-se apenas uma questão formal e a emissora trabalha para o interesse da nação. Em um segundo momento, não mais caracterizado pela emergência e estando ausente uma perspectiva maior de se ferir o interesse nacional, apesar de tentativas do governo em impor condições e estabelecer boicotes à corporação, ela resiste e reafirma seu status de instituição dotada de credibilidade.

A cobertura radiofônica da Greve Geral de 1926 evidenciou uma emissora a serviço da política de informação do Estado, quando a BBC, além de fazer “o que o governo pediu” (SCHLESINGER, 1978, p.17), alinhou-se com a ordem capitalista estabelecida. Sem autorização do governo para colocar no ar sindicalistas e líderes do Partido Trabalhista,



a emissora veiculou notícias que passavam a idéia do diretor John Reith – o mesmo defensor da radiodifusão pública e submetida ao monopólio - de que a Greve era uma ameaça à Constituição, com editoriais apelando à calma e incitando os grevistas a voltarem ao trabalho. As ligações entre a BBC e o governo da época eram estreitas, a ponto de ambas as instâncias dividirem locais de trabalho e formularem, juntas, as políticas noticiosas. Em um memorando de Reith a um oficial do governo, o diretor deixa clara a intenção de “fechar com” o status quo:

Assuming the BBC is for the people, and that the Government is for the people, it follows that the BBC must be for the Government in this crisis too (SCHLESINGER, 1978, p.18)⁴.

De acordo com Schlesinger (1978, p.18), a BBC foi “mobilizada para atuar como um instrumento da política de informação estatal”; entretanto, de tal maneira a não perder sua credibilidade. Isso se dava quando a corporação produzia notícias “factuais”, porém ligadas a um fim propagandístico: a derrota da Greve.

Nos anos que antecederam à Segunda Grande Guerra, a empresa já se mobilizava para “salvaguardar o ‘interesse nacional’ e neutralizar a propaganda subversiva de todas as estações estrangeiras”. Schlesinger (1978, p.XXI e 25), entretanto, define a BBC nessa época como um “órgão de radiodifusão que, apesar de constrangido pelo Estado, não é, de maneira explícita, uma ‘criatura do executivo’”, e está sujeita a formas indiretas de pressão, o que chama de “British way of censorship”. Em vez de um controle direto do

⁴ “Uma vez que a BBC é a favor do povo e que o Governo é para o povo, logo a BBC deve ser a favor do Governo nesta crise também”. Tradução nossa.



Foreign Office sobre a produção de notícias, o governo estabelecera um contato regular, indireto e informal com a BBC, através da Divisão de Imprensa do Ministério da Informação. Já durante o conflito, crucial para o desenvolvimento do radiojornalismo tanto no que dizia respeito ao aprimoramento de técnicas de produção e veiculação quanto ao crescimento da audiência, as emissões se tornaram peça-chave do esforço de guerra britânico, mas ao mesmo tempo preservando a credibilidade e uma certa distância do Estado. A variação da margem de manobra da emissora em relação a sua “independência” e “imparcialidade” pode ser melhor entendida na explicação do sociólogo:

[...] In general, from the point of view of the control of the ‘sensitive’ material, it mattered little whether the BBC was officially controlled or formally independent. It would be mistaken to assume that this meant that the BBC slavishly adhered to every policy directive it received [...] The BBC was subjected to periodic governmental criticism of its news coverage and other programming, especially earlier on in the war. And there were one or two occasions on which a ‘take-over’ was threatened (SCHLESINGER, 1978, p.27)⁵

Mas, a cobertura da ação militar inglesa contra o Egito, em Suez, foi a ocasião em que, para Schlesinger (1978, p.35), a BBC “*realmente* [itálico do autor] resistiu à intervenção governamental, o que foi de grande importância para a imagem da corporação”. Apesar de ter sofrido pressões tais como tentativas do governo de impor locutores, restringir críticas à política da Grã-Bretanha na região, colocar funcionários do Foreign Office na

⁵ [...] De maneira geral, do ponto de vista do controle do material ‘sensível’, pouco importava se a BBC era controlada oficialmente ou formalmente independente. Seria errôneo afirmar que isso mostrava o quanto a BBC aderiu servilmente a cada diretiva política que recebeu [...] A BBC esteve sujeita a freqüentes críticas do Governo sobre a cobertura noticiosa e outros programas, principalmente no começo da guerra. Em uma ou duas ocasiões, houve a ameaça de uma encampação”. Tradução nossa.

sede da emissora, ameaçar cortes no financiamento do Serviço Mundial, além de medidas parlamentares destinadas a “podar as asas” da BBC (SCHLESINGER 1978, p.36), a corporação pôde resistir a tais intervenções. Suez não significava uma ameaça interna à nação e, além do mais, havia no país um grande contingente de eleitores que não concordavam com a invasão britânica. Aqui, nota-se, pois, que o exercício da autonomia editorial está diretamente ligado à não-ameaça da ordem social.

Schlesinger (1978, p. 37;41) fornece uma chave de leitura interessante para o que chama de “estilo da BBC”. O caráter mais sério, sisudo, “impessoal, sóbrio e tranqüilo” das emissões radiofônicas e também televisivas, com forte ênfase na precisão e exatidão dos relatos noticiosos, que torna a veiculação quase como “um ritual solene”, tem a ver, segundo o autor, com essa política de precaução de não ofender qualquer grupo de significativa expressão que possa retaliar a corporação.

O sociólogo ainda explica que, em relação aos conflitos na Irlanda do Norte, nas décadas de 1970 e 80, uma outra tentativa de intervenção do governo, através do Secretário do Interior, Leon Brittan, deixou mais uma vez clara a intenção do Estado em pressionar os membros da Board of Governors para agir no lugar do governo. Brittan tentou impedir que fosse ao ar, em 1985, um documentário de uma série televisiva chamada *Real Lives: At the Edge of the Union*, que incluía uma entrevista com uma figura proeminente do Sinn Fein, braço político do Exército Republicano Irlandês, o IRA. A então primeira-ministra conservadora, Margaret Thatcher, falava na época da necessidade de enfraquecer os terroristas, tirando-lhes “o oxigênio da publicidade”. Um documento do Secretário, que não havia nem sequer assistido ao programa antes de sua exibição, baseando-se apenas em um furo de um jornal impresso sobre o assunto, foi enviado à



BBC a fim de evitar uma posição contrária ao “interesse nacional” e à prevenção de atos terroristas. Depois de os Governadores da emissora terem cedido à pressão, foi a vez de os jornalistas protestarem. A veiculação do documentário somente se tornou possível cerca de quatro meses após o previsto, antecedida por um clima de consternação geral na imprensa e nos meios de radiodifusão.

Mais recentemente, uma outra crise marcou as relações da BBC com o governo do primeiro-ministro Tony Blair, na época da invasão do Iraque por forças americanas e britânicas. Em maio de 2003, uma reportagem do jornalista Andrew Gilligan dizia que, segundo um alto funcionário, o governo Blair havia inflado um dossiê que publicara em 2002, segundo o qual o Iraque poderia lançar armas de destruição em massa 45 minutos depois de dada a ordem. Dois meses depois de ter ido ao ar no programa de rádio *Today*, o governo britânico divulga a fonte da reportagem: o cientista do Ministério da Defesa e inspetor de armas da ONU, David Kelly que, logo em seguida, afirmou não ter reconhecido seus comentários na matéria. A BBC acusou, então, o governo de ter “tornado mais sexy” um dossiê para justificar a guerra contra o Iraque. Em 18 de julho de 2003, o cientista foi achado morto e, segundo a polícia, teria se suicidado. O primeiro-ministro anunciou a abertura de inquérito, cujo relatório final, divulgado em 28 de janeiro de 2004, inocentou Blair e atacou duramente a BBC por “conduta falha”, afirmando que as informações veiculadas não tinham fundamento. O relatório do juiz, lorde Brian Hutton, dizia que “o sistema editorial da BBC foi defeituoso porque permitiu que a reportagem de Gilligan fosse ao ar sem que os editores tivessem visto o que ele diria” (ZANINI, 2004, p.12).



É interessante notar como a BBC reagiu às pressões do governo, partindo de uma postura mais agressiva, logo após a morte do cientista, até os pedidos de desculpas como resultado da exigência do gabinete de Blair para que a emissora se retratasse, depois da divulgação do relatório Hutton. Em julho de 2003, a corporação, segundo o jornal Financial Times, chamou seus advogados e reuniu material documental que comprovava as razões pelas quais colocou a reportagem no ar. Na época, executivos liderados pelo diretor-geral, Greg Dyke, estavam “determinados a impedir que esse episódio resultasse em uma campanha para reformar a empresa, o que poderia abalar mais a sua reputação”, dizia reportagem do jornal londrino (ABBOTT, 2003, p.9). A atitude mais condescendente da corporação, todavia, veio em seguida à divulgação do relatório: a demissão “voluntária” do presidente, Gavyn Davies, e do diretor-geral, Greg Dyke.

Entretanto, a BBC parece ter saído fortalecida de mais uma crise que colocou em cheque o que ela mesma reivindica: o status de instituição pública “independente”, “isenta” e de credibilidade. Pesquisas feitas tanto na época em que o assunto veio à tona quanto na ocasião do veredicto do juiz Hutton mostraram que os britânicos confiavam mais na corporação do que no primeiro-ministro. Um colunista do The Guardian chegou, em julho de 2003, a dizer que “existe muito afeto da população em geral pela BBC e que, historicamente, quando qualquer governo no Reino Unido começa a querer intimidar a rede pública de rádio e TV, acaba perdendo a popularidade”. O jornalista ainda foi mais longe: “A BBC é chamada, de forma afetuosa, de ‘tia’, é uma amiga...tem sido muito boa [no relato dos fatos]. O site da BBC me pediu um artigo, mas não me perguntaram antes o que eu pensava a respeito” (ABBOTT, 2003, p. 9).



A matéria da Folha de S. Paulo, em que constam essas informações, citou, ainda, o professor John Owen da City University de Londres que, quando consultado em julho de 2003 pela agência Reuters, considerou a BBC como uma “mídia agressiva” e disse que o público “estava bem servido” (ABBOTT, 2003, p. 9). O presidente da Organization of News Ombudsmen, Yavuz Baydar, também afinado com a declaração do professor, ao considerar o resultado do relatório Hutton, disse, em entrevista publicada nesse periódico, que o juiz havia sido “muito leniente com o governo e um pouco duro demais com a BBC..., o que dá a impressão de que ele não tenha dado nenhuma credibilidade aos argumentos da BBC” (MAISONNAVE, 2004, p.11). Na opinião do jornalista entrevistado, o desempenho da imprensa britânica na cobertura da guerra foi melhor, comparado com o da imprensa americana, e elogiou a atitude da BBC de ter “agüentado firme” à agressiva política governamental. Quanto à questão da margem de manobra da corporação frente ao governo, Baydar ressaltou a intenção do ex-diretor Greg Dyke de, nos últimos anos, transformar a BBC em uma empresa mais ousada. Ele cita a opinião de outro jornalista do *The Guardian* para, então, afirmar que o relatório Hutton questiona a função básica do jornalismo:

Martin Bell escreveu no ‘Guardian’ que obviamente é a pior crise da BBC nos últimos 50 anos, mas o futuro do jornalismo é que está em jogo. O que esse relatório basicamente nos diz é: ‘Ignore esse tipo de assunto. Você tem de reportar apenas o que o governo diz ao invés do que realmente ocorre nos bastidores’ (MAISONNAVE, 2004, p. 11).

Uma vez que o material jornalístico é um produto cultural que reflete valores políticos e ideológicos, o trabalho do Serviço Brasileiro, enquanto inserido na estrutura da

BBC, precisa ser compreendido como parte do projeto de construção de uma identidade corporativa representante do que Schlesinger (1978, p.167) denomina “uma organização dentro da constituição” – expressão que o autor utiliza várias vezes para fazer menção à BBC. Falar da identidade desta empresa é tentar entender como a corporação se constitui, a princípio, como entidade institucionalmente autônoma do governo britânico, ao mesmo tempo em que permanece ligada a determinadas idéias relacionadas à Nação, o que se evidencia, segundo observamos, principalmente em tempos de crise e interferência estatal, além de estar presente na orientação da prática jornalística diária. Faz-se necessário, portanto, perceber como o noticiário produzido pela empresa de radiodifusão britânica e consumido no Brasil, em português, tem estado sujeito a interferências discursivas geradas tanto no bojo da instituição quanto no contexto nacional britânico, para depois, então, ser mediatizado pelos dispositivos de comunicação.

Para Schlesinger (1978, p.163-165), a ideologia corporativa da BBC, calcada na noção de imparcialidade, está saturada de implicações políticas e filosóficas. Apesar de se dizer representante de “todos os interesses e pontos de vista sem se comprometer com qualquer um deles”, a cartografia social da notícia oferecida pela BBC está “estruturalmente limitada pelo lugar da organização na ordem social britânica. O autor aponta várias características que exemplificam essa ordem social: o comprometimento com a Constituição do Reino Unido, valores ligados à democracia parlamentarista ocidental – como a simpatia pelas monarquias sobreviventes, o cristianismo, o liberalismo de classe média e o pluralismo democrático – além de uma visão do Estado como entidade acima das disputas ideológicas:

Just as the state is supposed to act and promote some hypothetical ‘national interest’ in balancing demands, so is the BBC supposed to be in itself a market-place for ideas and competing viewpoints, endorsing none, admitting all, a national institution above the fray (SCHLESINGER, 1978, p.166)⁶.

⁶ “Da mesma forma que se espera que o Estado atue para promover determinado ‘interesse nacional’ hipotético ao equilibrar demandas, espera-se que a BBC seja, por ela mesma, uma esfera de competição de diferentes pontos de vista e idéias, sem endossar nenhuma e admitindo todas – uma instituição acima das disputas”. Tradução nossa.

No raciocínio do autor, a BBC, por conseguinte, se constitui como entidade que se espelha na constituição britânica do Estado, o que Schlesinger (1978, p.167) exemplifica com a fala de um ex-diretor-geral da empresa, Sir Charles Curran: “Sim, somos tendenciosos, mas tendenciosos a favor da democracia parlamentarista”. Para o sociólogo, este “modelo parlamentarista tem um papel especial no modo de pensar da BBC” e atravessa a produção de notícias. Em um documento de 1976, cujo trecho recortado por Schlessinger citamos a seguir, a corporação chega a exaltar o sistema de governo e relaciona a idéia de uma prática jornalística com a de um debate parlamentarista, além de tentar enquadrar a noção de imparcialidade na produção de notícias com a idéia de imunidade política, como se a independência editorial do *Estado* legalmente assegurada, não obstante o compromisso da empresa com o *sistema de governo*, já lhe garantisse uma certa isenção jornalística:

The basic principle of the BBC News is that a mature democracy is an informed (not guided) democracy. The BBC takes it for granted that the parliamentary democracy evolved in this country is a work of national genius to be upheld and preserved. The BBC’s primary constitutional role is that of a supplier of a new and true information [...] It shares the role of a free press, but with one important difference, in that a newspaper has a point of view and a place of its own in the political spectrum. The BBC has none (SCHLESINGER, 1978, p.167)⁷.

Schlesinger critica tanto essa posição de “organização dentro da constituição” que, ao mesmo tempo, reivindica um status alheio ao espectro político quanto a visão desprovida de crítica da ordem parlamentarista:

In the simplistic sense that it [the BBC] cannot readily be accorded a party political label, this of course is true. But to talk so clearly about a constitutional role is to set the Corporation among the established institutions of the state. If that is not a political place, then what is it? (SCHLESINGER, 1978, p.167-168)⁸.

⁷ “O princípio básico da BBC News é o de que uma democracia madura é uma democracia informada (e não guiada). A BBC toma por certo que a democracia parlamentarista que se desenvolve neste país é trabalho de um espírito nacional a ser sustentado e preservado. O mais importante papel constitucional da BBC é o de um fornecedor de informação nova e verdadeira [...] Ela compartilha o papel de uma imprensa livre, mas com uma diferença considerável: o jornal tem um ponto de vista e um lugar próprio no espectro político. A BBC não”. Tradução nossa.

⁸ “No sentido simplista de que a ela [a BBC] não se pode, prontamente, atribuir um rótulo político-partidário, isto, claro, é verdade. Mas, falar claramente de um papel constitucional é incluir a Corporação no rol das instituições do *establishment*. Se este não é um lugar político, então o que é?”. Tradução nossa.

Para o autor, esse posicionamento conciliatório em relação a atitudes políticas antagônicas faz com que as notícias que extrapolem o enquadramento parlamentarista sejam consideradas como desvios comportamentais como, por exemplo, protestos, distúrbios urbanos, greves e guerrilhas, além de trazer uma “depreciação das formas radicais de ação, sua caracterização como violentas e irracionais e, mais ainda, obscurecer qualquer entendimento acerca de como elas acontecem”. Aqui, poderíamos questionar o porquê de a BBC ter veiculado notícias de desaparecidos políticos brasileiros na época da ditadura militar, por exemplo. Afinal, muitos deles tinham participação na guerrilha que, de alguma maneira, poderia ser entendida como “subvenção à ordem”. Mas, seguindo o raciocínio de Schlesinger, poderíamos concluir que a “ameaça” ao *status quo* estava longe do território britânico, num país que não pertencia à Commonwealth, a Comunidade Britânica das Nações e, portanto, o que acontecia aqui não afetava a ordem interna do Reino Unido. Além do mais, os abusos de poder durante o governo militar brasileiro, de alguma maneira, justificariam uma tomada de posição da empresa jornalística contra um regime *ditatorial* e, portanto, que foge à visão parlamentarista, o que já acontecera nas transmissões durante a 2ª Guerra Mundial.

Schlesinger (1978, p.168-170) considera que o posicionamento excludente de visões alternativas, principalmente *dentro* do território britânico, não pode ser inocente ou neutro e “coloca em evidência a especificidade do comprometimento da BBC com um modelo definido de realidade social e política”, qual seja, “o comprometimento claro com a ordem social vigente tal como é *representada* [itálico do autor] pela democracia parlamentarista”, oscilando entre os dois principais partidos políticos ingleses – o conservador e o trabalhista - além da manutenção da ordem econômica. Isso tudo, segundo o autor, levanta suspeitas sobre uma suposta neutralidade do serviço de radiodifusão pública.

Considerações finais: A BBC como campo - as lutas que constroem o mito

A representação de uma *Britishness* apoiada no modelo parlamentarista de configuração social, política e econômica nos leva a perceber a BBC como um lugar

antropológico que, segundo Barbosa (2003, p.3), se define como “construção concreta e simplificada de espaço, ocupado por aqueles a quem é destinada uma posição no sistema de valores, de hierarquia e de poder”. O projeto político de construção de identidade, dentro da empresa de radiodifusão, faz com que repórteres, produtores, âncoras e editores se tornem “a voz da BBC”, segundo Schlesinger (1978, p.200-203), e não apenas representem a corporação, como também “*sejam* [itálico do autor] a BBC enquanto durarem suas performances”. A base de sentido que, na exposição de Barbosa, é garantida pelo lugar de identidade aos que nele convivem, no caso específico da empresa britânica anula qualquer referencial trazido pelo quadro de pessoal que não se encaixe no paradigma democrático-parlamentar, e opera a favor da adoção de uma postura “neutra” e “profissional” em relação à prática jornalística. Schlesinger (1978, p.188-189) cita alguns casos de produtores da BBC que tiveram que renunciar ao que chama de “posturas alternativas de investigação” em favor dos mitos da neutralidade e da imparcialidade. A recompensa parece ser o status de trabalhar na corporação que, para um sub-editor, é “o pináculo dos meios de comunicação”, o que outro profissional chamou de lugar “confortável e seguro, que avança, como o governo”, ou ainda, a empresa que vai atrás de “grandes histórias”, dentro de uma “tradição com determinadas idéias sobre bom gosto”.

Entretanto, dada a complexidade da definição de identidade, como explica Barbosa (2003, p.5), e uma vez que os lugares de pertencimento podem assumir diferentes nuances e não se reduzem apenas a uma questão, observamos que a representação de um *jeito britânico* na prática jornalística da BBC ainda se prende à idéia de Nação entendida como um espaço étnico-cultural regido pelas leis que fazem valer toda uma tradição e seus valores.

O historiador inglês Kenneth Morgan recorre a uma citação de seu conterrâneo G. M. Trevelyan, também historiador, para definir a natureza e essência do que seria uma *Britishness*, ou seja, aquilo que marcaria a experiência inglesa ao longo dos séculos e que, na contemporaneidade, torna-se objeto de inquietação ao ser confrontado com os estereótipos nacionais e raciais:

[...] Geographical severance from the European continent, with the consequent centrality of sea-power; a broad social fluidity in which the early demise of feudalism helped generate a new industrial and commercial enterprise; a flowing cultural continuity from the time of

Chaucer and Wycliffe onwards; and above all [...] a long political and legal evolution expressed in the durability of parliamentary institutions and the rule of law. Secure in itself, a vibrant, outward-looking island had proceeded to colonize and civilize the world (MORGAN, 1984, p.V)⁹.

Apesar de historicamente datado de 1926 – quando a BBC já existia - e ainda perpassado por uma visão que Morgan define como “liberal-vitoriana”, o discurso do historiador, marcado também pelo ufanismo, ilustra um projeto expansionista de Nação ainda no contexto da modernidade. A BBC, ao refletir o modelo de instituição parlamentar e se configurar como lugar de identidade de uma *British way of life* estaria, pois, ao longo de sua história de levar o mundo para o mundo – o que teve seu auge nas transmissões radiofônicas durante a Segunda Grande Guerra, do século XX – transportando para o campo mediático a tradição expansionista inglesa. O “olhar britânico para o exterior” ganha, nos tempos atuais, expressão em 43 línguas, dentre elas o português, e imprime um caráter anglo-saxão-democrático-ocidental à produção jornalística, ao falar do mundo sob determinado paradigma étnico-cultural.

A corporação também pode ser entendida como um *campo* em que atuam forças aparentemente antagônicas, conforme a ferramenta de análise apresentada por Bourdieu (2004). Os episódios anteriormente descritos, em que pesaram a atuação e as pressões do governo britânico na determinação do que era veiculado pela emissora, deixam evidentes a influência e a dominação simbólica do campo político sobre o campo jornalístico, ainda que o efeito produzido seja o da afirmação da empresa como “independente”. Cabe ressaltar, aqui, não apenas a relativa autonomia do campo, no raciocínio de Bourdieu, mas principalmente a heteronomia do campo jornalístico, ou seja, sua fraqueza diante da dominação simbólica do campo político, representado pelo governo britânico e pela visão democrático-parlamentarista que se deseja imprimir na produção de notícias para veiculação dentro e fora do Reino Unido.

Na verdade, as disputas internas entre os agentes sociais que ali buscam diferenciar-se – representantes do governo britânico, da administração da emissora, editores e

⁹ “[...] Separação geográfica do continente europeu, com a conseqüente centralidade do poder ultramarino; uma ampla fluidez na qual o antigo legado do feudalismo contribuiu para gerar um novo empreendimento industrial e comercial; uma continuidade cultural fluente, desde os tempos de Chaucer e Wycliffe e, acima de tudo [...] uma longa evolução política e legal expressa na estabilidade das instituições parlamentares e no poder da lei. Segura por si só, uma ilha vibrante e com olhos para o mundo exterior continuou a colonizar e civilizar o mundo”. Tradução nossa.

jornalistas – mostram que, apesar de suas posições mais ou menos autônomas no campo, é a voz da BBC que acaba falando. Os produtores culturais, que são sujeitos históricos, ao se acharem objetivos, imparciais, isentos e independentes, mostram que estão embutidos no campo e refletem os mitos construídos historicamente tanto pelo jornalismo quanto na própria emissora, por ela e em benefício de sua imagem.

Para lutarem umas com as outras, as pessoas têm que concordar em áreas de desacordo. Há um tipo de cumplicidade fundamental entre os membros de um campo, e os interesses inerentes ao pertencimento a um campo são a fundação de cumplicidades que são, pelo menos em parte, ocultas dos próprios participantes pelos conflitos dos quais eles são o princípio; cumplicidades que, em outras palavras, engendram conflitos que têm o efeito de acobertar o princípio básico desses conflitos (BOURDIEU, 2004, p. 36).

Uma imagem preocupada não apenas em salvaguardar a autonomia da corporação, mas também calcada num esforço de transcendência, que já transformou a própria BBC em mito e a fez ascender à dimensão do imaginário¹⁰. Identificá-la como lugar da objetividade, da isenção, da transparência administrativa e da independência editorial e colocá-la como o modelo de empresa de radiodifusão é esquecer sua heteronomia, ou seja, o fato de que, constantemente, esteve e estará sujeita aos constrangimentos do campo político, aos índices de audiência, às condições de trabalho, ao “interesse público” dos consumidores da informação que a subvencionam e também a questões de ordem geopolítica.

O fato de o governo britânico financiar todo o Serviço Mundial da BBC traz implicações do campo político ainda mais evidentes na prática do jornalismo internacional veiculado pela corporação. O atual diretor interino da seção brasileira, Rogério Simões lembra que, para o Ministério do Exterior britânico que fornece os recursos, a manutenção e a expansão das operações para o Brasil, nos dias de hoje, tornam-se prioridade, uma vez que o país tem se consolidado, na nova geopolítica mundial, como uma das novas fontes de influência no hemisfério sul.

¹⁰ Para Lucian Boia (1998, p.40-41), o mito, entre outras coisas, é uma construção imaginária que “propõe um esquema explicativo da história e coloca em relevo valores fortemente compartilhados” (tradução nossa). No que se relaciona à discussão deste trabalho, a BBC como mito é um produto de outros tantos mitos construídos pelas lutas no campo, a fim de elevar a empresa a uma condição de transcendência, o que remonta ao domínio do imaginário, ou seja, de uma outra realidade que já se sedimentou em estruturas próprias de organização.



Mas lembro que o Ministério do Exterior não toma decisões nem editoriais nem de estratégia com relação ao Serviço Mundial. A BBC tem total autonomia para decidir o que fazer, onde investir, o que cobrir, como cobrir etc. Logicamente, como o Ministério do Exterior fornece os recursos ao Serviço Mundial, ele vai querer receber uma satisfação sobre como esse dinheiro está sendo gasto, e essa prestação de contas é feita de forma regular¹¹.

Mas, quando se fala em mercado e se tem um financiamento governamental por trás da produção de notícias, inclusive exigindo prestação de contas, torna-se difícil conceber essa autonomia a que se refere Simões como fator determinante de uma isenção jornalística. A suposta neutralidade tem, ao longo dos anos, se mostrado eficaz em posicionar e sedimentar a marca da corporação, em escala global. O diretor-interino da BBC Brasil ainda afirma que “nenhuma grande empresa de mídia que queira ser verdadeiramente global, seja ela pública ou privada”, pode ignorar o Brasil como país de 180 milhões de habitantes e o maior mercado da América Latina.

Para onde se destinam, além do áudio, vídeo, texto e computação gráfica, no espaço-informação múltiplo de tecnologias, materialidades e identidades.

Referências

ABBOTT, Maria Luiza. 39% dos britânicos querem queda de Blair. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 22 jul. 2003. Folha Mundo, Caderno A, p.9.

BARBOSA, M. *Identidade, nação e memória: algumas articulações teórico-conceituais*. Paper distribuído na disciplina Memória e Narrativa nos Meios de Comunicação, 1º semestre de 2003, Mestrado em Comunicação, UFF, mimeo.

BBC BRASIL. *Site do Serviço Brasileiro da BBC*. Disponível em: www.bbcbrasil.com. Acesso em 15.03.07.

BOIA, Lucian. *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

BOURDIEU, Pierre. The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In: _____ *Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press, 2004.

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹¹ SIMÕES, Rogério. *Informações sobre a BBC Brasil*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <joseferrao@terra.com.br> em 26 jan. 2005.



BRITISH BROADCASTING CORPORATION. *O rádio no Brasil*. Londres: Serviço Brasileiro da BBC, 1998. Décimo programa da série. CD de áudio.

GIOVANNINI, GIOVANNI. *Evolução na comunicação: do sílex ao silício*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MAISONNAVE, Fabiano. Para 56%, juiz foi duro demais com a BBC. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 30 jan. 2004. Folha Mundo, Caderno A, p.11.

MORGAN, Kenneth (org.). *The Oxford Illustrated History of Britain*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

SCHLESINGER, Philip. *Putting 'reality' together: BBC News*. London: Routledge, 1978.

ZANINI, Fábio. Juiz inocenta Blair e culpa BBC no caso Kelly. *Folha de S. Paulo*, S. Paulo, 29 jan. 2004. Folha Mundo, Caderno A, p.12.